

# História Cultural



## VII Simpósio Nacional de História Cultural HISTÓRIA CULTURAL: ESCRITAS, CIRCULAÇÃO, LEITURAS E RECEPÇÕES

Universidade de São Paulo - USP

São Paulo - SP

10 e 14 de Novembro de 2014

### ANIMAIS NÃO-HUMANOS E A IMPRENSA DIAMANTINENSE NO ALVORECER DO SÉCULO XX

Gustavo Leandro “Nassar” Gouvêa Lopes\*

Há consenso de que o processo de modernização ocidental implicou um (desejo de) afastamento da vida animal não-humana<sup>1</sup> dos fluxos do cotidiano citadino e paisagens urbanas. Uma desvalorização de uma longa intimidade constituída pela convivência (assimétrica) entre a espécie humana e demais espécies animais caracterizou muitas das práticas sanitaristas, capitalistas e civilizadoras - bem como de uma tecnocracia urbanística. Estudos tais como os de Keith Thomas (2001), Peter Beatson e Amy Fitzgerald (2010) comportam essa percepção. Nelson Aprobato Filho (2006) pesquisara o acontecimento no âmbito da capital paulista, na virada XIX/XX. James William Goodwin Jr. (2007) e Marcos Lobato Martins (2010) notaram o mesmo no âmbito diamantinense.

\* Graduado em História pela UFOP. Mestrando pelo Programa Interdisciplinar em Humanidades, UFVJM, com orientação do Prof. Dr. Rogério Pereira Arruda.

<sup>1</sup> O termo “animal não-humano” é utilizado necessariamente em continuidade a um outro termo elíptico: “animal humano” - tal que um remeta ao outro. A razão dessa escolha é evidenciar, no próprio termo, a fronteira aberta entre ambos, evidenciada por um denominador comum (“animal”). Esse uso subverte a oposição excludente presente no uso “homem” x “animal”, abrindo-se um necessário trânsito de conceitos entre tais entes. A fonte legitimadora desse uso advém tanto da etologia contemporânea (LESTEL, 2002) (BEKOFF, 2010) quanto do veganismo (REGAN, 2006) abolicionista (FRANCIONE, 2013) (FELIPE, 2007). Através do reequacionamento dos termos busca-se evidenciar a existência de características comuns e compartilhadas entre tais entes - em especial a senciência e a psiquê. Tal evidenciamento funciona pela inclusão dos animais não-humanos no campo de consideração ética.

No ponto de tensão existente entre a força do hábito (o cotidiano, a sutileza do vivido) e a eloquência dos anseios modernizadores - perante os quais personalidades da imprensa interpuseram-se como guias especiais (GOODWIN Jr, 2007) - estão situados os textos dos jornais diamantinos. Pontos nodais por onde circulam subrepticamente os afluentes do dia-a-dia; mas ainda: na qualidade de agentes interessados na transposição conscienciosa dessas águas, os jornais diamantinos desempenharam um papel ativo nesse processo modernizador, conforme percebido por Goodwin Jr: "*De forma ativa, deliberada, intencional, os jornais propõem uma leitura da realidade, atuando sobre essa mesma realidade à qual pretendem dar sentido, modificando-a procurando fazer valer seus pontos de vista*" (GOODWIN Jr, 2007, pg. 79).

Os jornais diamantinos nos permitem depurar um grupo de notícias nos quais fica patente não só a presença de animais não-humanos no cotidiano da cidade, mas em especial a participação dessa imprensa no sentido de fomentar essa proscricção. São estipulados e incentivados a matança de cães pela edilidade (*A Idéa Nova*, 29 jul.1906), (*Diamantina*, 29 nov.1913); o aprisionamento regular de cavalos soltos (*O Município*, 07 ago.1897); nota-se ainda discursos que insurgem pela restrição do trânsito dos animais "de tropa" na urbe (*A Idéa Nova*, 06 mai.1906). Esse artigo pretende versar sobre o discurso do jornal *O Jequitinhonha* em relação aos animais não-humanos, considerado um dos jornais mais modernizantes e entusiastas do progresso em Diamantina, tendo sido ele o primeiro jornal republicano de Minas Gerais (GOODWIN Jr, 2007, pg.49). Minha amostra temporal, imediatamente anterior à Primeira Guerra Mundial, privilegia um momento em que as noções positivistas de modernização e progresso atingem forte consenso, um notável ponto de saturação.

### **O JEQUITINHONHA, 1904**

À par desse processo de proscricção da vida animal não-humana, calcado na longa duração do processo de modernização ocidental, qual teria sido a atuação do jornal diamantino *O Jequitinhonha*, no ano de 1904? As representações desse jornal permitem enxergar um engajamento translúcido nesse processo de proscricção? Se não, como podemos articular corretamente tais representações à presença desse processo macroscópico? Como se depura (ou não) a presença desse processo em um estudo de caso, utilizando-se uma análise microscópica? Tomando-se um espaço-tempo delimitado,

em que sentido o processo é gerido e se reafirma nessas representações, e em que ponto estas nos permitem vislumbrar inversões, contradições e limites nesse processo largamente reconhecido como demarcante da modernidade? Em que ponto os resultados dessa análise podem/devem estar correlacionados às particularidades locais-diamantinas de um processo global?

É necessário uma análise que se dê em vários níveis, pois se imbricam reciprocamente. Num nível mais estrito interessa-me a postura desse jornal em relação à materialidade dos animais não-humanos na cidade: como é gerida a relação de distanciamento. Num segundo nível interessa compreender como essas interdições estão articuladas em modalidades discursivas mais amplas, para além das referências denotativas dessa presença. Num terceiro momento de deslizamento gradativo pretendo versar sobre como estão equacionados num nível ideal e profundo uma relação de interdição entre humanidade e (sua própria) animalidade.

### **A CIDADE E OS ANIMAIS INCONVENIENTES**

No ano de 1904, no jornal *O Jequitinhonha*, aparentemente nada se registrou de assunto a respeito dos incômodos e problemas que a considerável presença de animais não-humanos imputaria às pessoas humanas (FRANCIONE, 2013) em Diamantina. No entanto, exemplares desse ano noticiam um processo de proscrição de animais não-humanos do espaço citadino no Rio de Janeiro - vitrine brasileira da modernização urbana, em pleno processo de reforma empreendida por Pereira Passos - e em Bocaiúva, município próximo de Diamantina. Estas menções trazem referências diretas ao processo vivenciado pela cidade de Diamantina, reforçando-o.

O jornal nos evidencia, no primeiro caso, e em tom exultativo, o processo de urbanização carioca como um belo exemplo a ser seguido. O desaparecimento de animais daninhos na cidade surge como motivação e ao mesmo tempo sintoma desse processo:

(...) o sumptuoso Corcovado, as alpestres vivendas de Santa Thereza, a formosa Tijuca, a vista do mar alto de Copacabana, na bahia a feiticeira ilha de Paquetá, mas no centro as viellas estreitas, o pardieiro ao lado da casa do conforto, pessimos canaes de exgoto, um enxame de mosquitos, viveiros de ratos. Hoje de tudo se está curando: as viellas se alargão, os pardieiros são postos abaixo, os canaes refeitos, dá-se caça de morte aos mosquitos - os vetores da febre amarella, faz-se grande mortandade nos ratos- os transmissores da peste bubônica (*O Jequitinhonha*, 22 mai.1904).

Importante notar - sob pena de se endossar acriticamente a justificativa higienista - como a necessidade de livrar a população carioca dos vetores de doenças se conjuga para aquém e para além das razões de higiene. E isso nos leva a crer que as razões para (o desejo de) proscrição de animais não-humanos da cidade detém razões mais profundas do que a irresistível, eloquente e "comprovadamente científica" necessidade de sanear os espaços humanos: perpassa no discurso em questão uma oposição estética. O campo da feiúra é representado pela presença animal<sup>2</sup>.

Há aí uma valoração negativa da presença animal não-humana na cidade em um jornal diamantinense, que não se depurando automaticamente à irresistível justificativa de proteger a espécie humana dos sofrimentos da doença, remete-nos a uma razão simbólica profunda nesse processo, que torna esses animais feios aos olhares humanos: para aquém e além do higienismo; através da higienismo.

Outra menção está expressa na publicação de um conjunto de leis sancionadas pela Câmara Municipal de Bocaiuva que tem animais não-humanos como seu alvo - conjuntamente com "os donos" desses animais, alvos-beneficiários dessas leis (*O Jequitinhonha*, 07 jul.1904).

Ciente de que os jornais não espelham meros reflexos do que acontece extramargens, passo a suspeitar que uma postura (interessada) do jornal, diamantinense, em publicar essas leis "estrangeiras" incide dando mais legitimidade ao processo de proscrição diamantinense - reafirmando-se seu caráter generalizado, criando um efeito de consenso. Isso aprimora a ideia desse processo de proscrição como ítem irreversível e intrínseco da própria modernização urbana.

Nesse jornal fica expresso que cabras e bodes não podem ficar soltos pelas ruas (art. 5, parágrafo 5). Porcos também não podem: para estes está previsto diferencialmente a captura e subsequente venda em leilão público (art. 5, parágrafo 6). Não se pode "abater rezes" dentro da povoação (art 5, parágrafo 7). Porcos não podem viver dentro da povoação, mesmo dentro das casas: a lei estipula comissões fiscalizando as casas (art 5, parágrafo 8). A respeito de cães versa: "*n.10 Conservar cães nas ruas das povoações: multa de 30\$000 e o dobro na reincidência. // n.11 Se os donos dos cães insistirem em*

<sup>2</sup> Conjuntamente com a presença de pessoas pobres: sobreposição de "gente pobre" e "animalidade" que ensejará uma tônica em muitos textos desses jornal.

*conserval-os nas ruas, o agente executivo mandará extingui-los pelos meios que julgar energicos e eficazes." (O Jequitinhonha, 07 jul.1904).*

A respeito do conteúdo dessas leis, que a publicação pelo jornal endossa fazendo ressonância à neutralizante linguagem da oficialidade, importa notar como se institui uma tanatopolítica (AGAMBEN, 2005) diferenciada: atinar-se às maneiras como a matabilidade desses animais vai sendo gerida, remete-nos a um ponto mais radical desse processo de proscricção, qual seja, não mais um possível realocamento dessa vida animal para fora da paisagem urbana, mas sua pura e simples extinção. E aqui fica depurado um tratamento diferenciado dado, pela municipalidade, ao porco em relação ao cão. Enquanto contra porcos está previsto o leiloamento de seus corpos vivos, para cães está previsto a possibilidade de extermínio (e descarte).

Uma explicação que subjaz essa diferenciação residiria no fato de que porcos foram assujeitados como mercadorias cobiçadas/cobiçáveis, geradoras de renda: após a matança e retalhamento de seus corpos estes eram costumeiramente mercantilizados como ingredientes culinários. Portanto bem diferente da incomestibilidade do cão, tornando-o sem valor, de acordo pois com a longa normatividade “carnívora”<sup>3</sup> ocidental.

Assim, se a presença de porcos e cães deve ser banida, as soluções dadas ao problema diferem de acordo com os usos que a normatividade “carnívora” ocidental atribui a esses animais: fora da possibilidade de serem capturados como comestíveis, mas também distantes de serem explorados por qualquer outra razão, aos cães soçobra a possibilidade de se verem imediatamente mortos pela própria municipalidade.

Caso aceitemos essa hipótese, que explica as diferentes posturas de acordo com os poderes econômico-culturais criados diferenciadamente sobre o corpo rentável de porcos, então como explicar o fato de que o desejo de proscricção de cabras, carneiros e bodes - animais "produtivos" - não se enquadre na categoria do porco? Que o valor da multa imputada "aos donos" seja muito menor? Que não esteja prevista nenhuma medida mais drástica em caso de reincidência da captura? Que animais sabidamente úteis à

<sup>3</sup> Uso o termo entre aspas para atentar à ideologia naturalizadora, na ordem do biológico, de uma prática social que o termo sem aspas enseja. Em que pese sua melhor adequação, tampouco veiculo o termo *carnista* pelo fato de que sua utilização, como termo pejorativo-denunciativo, reforça um longo ascetismo agregado em tradições vegetarianas. Esse reforço desatento entra em rota de colisão com o próprio primado hedonista da senciência como substrato que fundamenta o próprio *ethos* do abolicionismo animal.

exploração humana (a cabra - da qual se extraía leite, conforme a lei mesma menciona - e o carneiro - do qual se extraía lã) não fossem leiloados? Teria sido seu número ínfimo na cidade e/ou o caráter secundário de sua produtividade a razão desse "relaxamento" na letra da lei? Ou haveria um obscuro parâmetro calcado na cotidianidade de vivência interespecífica demarcando essa configuração?

Tais questões demandariam uma pesquisa mais exaustiva, o que está bem fora da alçada desse artigo. Porém o fato de que tais leis se refiram que não deve haver porco algum dentro das casas (quintais urbanos) e em outro que não são admitidos porcos soltos pelas ruas depura-se disso uma ambiguidade sintomática da oposição entre as sutilezas do cotidiano e a modernização pretendida. Ao mesmo tempo que se proíbe porcos nos quintais das casas, por outro lado, assume que eles não deixarão de existir assim tão fácil, tolerando-se, de modo que se obriga não deixá-los soltos na rua (ou seja, que fiquem confinados nas casas!).

Esse embate entre a cidade cotidiana e a cidade forjada pela utopia modernizadora estava bem presente também na realidade de Diamantina, como observa Marcos Lobato Martins:

Os quintais constituíram o núcleo da vivência e da sobrevivência da mulher e de seus filhos, desde o século XVIII até bem avançado o século XX. Por outro lado, a presença da produção de alimentos, com destinação de parte dela para a troca e comercialização entre vizinhos e moradores da cidade, tornou mais fluida a fronteira entre o mundo rural e urbano no Tijuco/Diamantina. Nos quintais e nas chácaras, atividades rústicas, associadas à banalidade da vida material cotidiana, abasteceram a população local e mantiveram vivas tradições seculares. (MARTINS, 2010, pg. 6).

E a presença dessa ambiguidade sobre porcos num discurso oficial - mas mais importante aqui: num discurso reproduzido num jornal, que atua como uma caixa amplificadora que legitima e endossa os ritos do linguajar do bem público - é reveladora já dos limites dessa cidade moderna que a imprensa tanto almejava. Como medida oficial, reproduzida de modo a endossar pedagogicamente o caráter simultâneo e coetâneo do progresso pretendido para Diamantina, o próprio jornal não se fez capaz de silenciar em suas páginas a limitação desse progresso estipulado.

Chama atenção ainda a proscrição não só da vida animal não-humana da cidade como também de sua morte, sistematizada pela prática de comer animais. O "abate de rezes" fica proibido de ser efetuado na cidade: eis uma "sintonia diacrônica" com o

processo que culminara na construção do matadouro público de Diamantina, anos antes, na virada 1880/1890 (MARTINS, 2010, pg.9). Sua construção, tanto desejada por um jornal diamantinense da época (*Sete de Setembro*, 16/09/1886), implicava um ato de centralização e regularização da matança, que está intimamente associado ao mesmo tempo à nascente profissionalização e cientificização da pecuária (*O Município*, 10 jul.1897) e à condenação da presença de animais não-humanos na urbe. Condena-se a vida e a matança de animais na paisagem urbana: uma proscricção da vida do animal não-humano, mas também uma proscricção de sua morte.

Essa proscricção pode ser situada como uma etapa imediatamente anterior numa corrente mais ampla para a qual afluem a tradição “carnívora” ocidental e o processo de modernização industrial:

O processo industrial, como o presente capítulo buscou demonstrar, teve, precisamente, como um de seus alvos o ocultamento paulatino de toda a violência, denunciada pelos autores citados, contra homens e animais. A disposição dos frigoríficos, aprofundando a separação entre local de abate e local de consumo, de meados do século XIX a meados do XX, fez do negócio da carne – o abate de animais e o processamento de sua matéria – um espaço apartado, onde se confinavam, fora da vista e longe dos espaços públicos, a sujeira, a doença, a violência e a exploração, ou seja, toda a poluição (DIAS, 2009, pg. 22).

Eis uma arquitetura complexa da tanatopolítica que acompanha a modernização almejada pelos jornais: proscricção, que estipula o extermínio de certas espécies, caso dos cães. Mas interesse em diluir ao mesmo tempo a matança de animais não-humanos.

Não que houvesse nessa proscricção (da visão) da matança uma crítica ao consumo de animais, à violência a que os animais não-humanos são submetidos nesse processo de reificação de seus corpos. Diferentemente, o desejo de afastar das vistas o morticínio especista coincide muito bem com o elogio dos poderes gerados a partir da circulação desses corpos mutilados pela cidade. Na coluna social: "*Acha-se nesta cidade o sr. tenente coronel José Bernardino dos Santos Carvalhaes, digno socio da empresa de carnes verdes. Visitamol-o.*" (*O Jequitinhonha*, 07 jul.1904).

Em outro momento: "*Digno de imitação // O nosso amigo [ilegível] José Dias, em regosijo à festa de Nossa Senhora das Mercês, de que a 1a. juiza sua esposa, exma. sra. d. Eliza Alves Dias tem distribuido pela pobreza 400 kilos de carne verde e 200 pães de hontem para hoje, segundo nos informaram*" (*O Jequitinhonha*, 11 ago.1904).

Mais do que só coincidentes, a proscrição do "abate" para fora da urbe traz a subsequente invisibilidade da criação-matança, acentuando-se o processo de reificação desses animais, o aumento da presença cifrada ("linguiça", "carne", etc, comuns nos anúncios da época) de seus corpos pela cidade. Dias nos diz que "*o efeito paradoxal do afastamento da visão poluidora do abate e processamento de corpos animais parece ter sido a intensificação do consumo de carne*" (DIAS, 2009, pg.23).

No mesmo sentido, Carol J. Adams fala sobre uma etapa décadas mais avançada desse processo globalizante de profissionalização pecuária, mas cujas origens começam já a despontar na época aqui pesquisada, com o testemunho dos jornais divulgando uma nascente zootecnia (*O Município*, 10 jul.1897). Diz Adams:

O quarto estágio do consumo de carne envolve o aprisionamento de animais. Nesse estágio encontramos o maior índice per capita de consumo da proteína animalizada e feminilizada: hoje 60% da comida servida à população dos EUA provém das indústrias de carne, laticínios e ovos. Fora o momento final como comida, os animais são separados da experiência cotidiana da maioria das pessoas (ADAMS, 2012, pg.129).

Assim, ciente de que não são esses animais que se beneficiam pela proibição do "abate" na urbe, posso supor que as linhas que conformam no mesmo processo de modernização urbana a (aparente) contradição entre estipular a matança de animais não-humanos (cães) e o expressar oficial proibindo essa matança ("rezes") dizem respeito a um processo profundo de apagamento das funções corporais-animais<sup>4</sup> da paisagem urbana<sup>5</sup>. Assim - para aquém e além do mero higienismo, e através deste - as funções vitais e de morte, dois lados da mesma moeda do processo fisiológico do corpo sofrente, tendem a ser embotadas. E se pedaços dos tecidos animais circulam livremente, e são fontes positivas de poder, eles os são através justamente da nova estratégia de distância geográfica entre desmontagem dos corpos e consumo, que se acentua, e que se conjuga

<sup>4</sup> Giorgio Agamben: a exclusão das funções vitais do corpo animal das considerações imediatas faz remetê-las a um estado de exceção, interpondo-se aí uma distância que as tornam capturáveis pelos poderes constituídos. É tal possibilidade secreta de captura que estruturariam tais poderes. (AGAMBEN, 2005)

<sup>5</sup> Pois mesmo os cães que deveriam ser exterminados por lei, deveriam sê-lo, pelo menos idealmente, sem "bolas envenenadas" soltas pela cidade, mas sim longe das vistas (APROBATO FILHO, 2006). Em Diamantina o incômodo com a matança de cães na urbe, tão próximo das pessoas surge como queixa (*A Idéia Nova*, 03/06/1906).



às tradicionais estratégias linguísticas de apagamento do corpo animal, que a terminologia evasiva “carne” (e derivativos: “salsicha”, “queijo”, “gelatina” etc<sup>6</sup>) engendra.

### IMAGINÁRIOS EM TORNO DOS ANIMAIS NÃO-HUMANOS

Nesse ponto a discussão vai deslizar a níveis mais profundos: em direção a uma proscricção ideal da animalidade. Etapa intermediária nesse itinerário, vale ressaltar um pouco como *O Jequitinhonha* imprimia valorações negativas à presença de animais não-humanos, representando-os como causa-sintoma de uma degradação sociocultural, através de maneiras mais cifradas, para além da missão denotativa de urbanização.

Num relato no qual o redator consuma sua visão assustada com a miséria humana reinante nas matas de Peçanha, o redator nos diz:

Por esta simples narrativa, calcula-se que, no meio das frondosas mattas do Peçanha existem muitas famílias sem recursos de qualidade alguma, devido ao seu pouco amor ao trabalho. // E é sabido que uma pessoa mal alimentada em uma morada rodeada de exessa floresta, edificada junto a pantanos, revolidos pelos suínos, desprendendo um fétido insuportável, não pode ter sadure (*O Jequitinhonha*, 14 jul.1904).

A proximidade de porcos nas redondezas está vinculada à vadiagem, à sujeira, à pobreza, ao mundo selvagem, à falta de desenvolvimento econômico - gestando uma aberrante zona de indeterminação entre seres humanos e porcos. As habitações são retratadas negativamente de modo nos remeter aos covis onde moram nuas feras: "*As paredes são de páos em pé, de maneira que de fora encherga se todo o interior da casa, salvo alguns logares que vedão por meios de esteiras // A vegetação cresce até junto as paredes sem que os moradores se encommodem com isto!*" (*O Jequitinhonha*, 14 jul.1904). Mais à frente o autor retrata uma senhora "*acariciando os filhinhos, tão sujos que ela mesma os chamava de gatinhos rajados*" (*O Jequitinhonha*, 14 jul.1904).

Outro texto, relatando-nos em tom fabuloso sobre um país distante, parece conter um conteúdo cifrado no qual se adverte os riscos da proximidade humano-animal, que ensejaria uma promiscua zona de indeterminação entre as fronteiras. Mais ainda: numa

<sup>6</sup> Notar que tais termos designativos para apresentar (e omitir) pedaços dos corpos animais são super recorrentes nos jornais nas formas de anúncios - ou mesmo naturalizados em textos literários ou notícias - e não parecem despertar qualquer desconforto, comparando-se à restrição quanto ao “abate de rezes” na cidade.

Diamantina extremamente dependente das mulas, assujeitadas pelo tropeirismo, o conteúdo pode conter um teor local de autorrejeição dessa proximidade humano-animal: "*Um transeunte, na rua, foi atingido accidentalmente no nariz pela ponta do chicote de um carroceiro. D'ahi resultou uma leve escoriação que, um mez depois, transformou-se em cancro (...) Que aconteceu para esse resultado? Nada mais, nada menos que a transmissão de syphilis pela ponta do chicote que o carroceiro tinha opor habito morder.*" (*O Jequitinhonha*, 28 mar.1904).

A intermediação de um animal "de carga" entre duas pessoas humanas detém consequência desastrosa para as práticas higienistas emuladas por esses jornais: a sífilis, doença da promiscuidade (das fronteiras) é o desfecho trágico do evento. Confusão humano-animal: [1] o humano, no lugar de um cavalo, leva a chicotada; e [2] o humano, não civilizando suas pulsões, é quem morde.

A nudez da mordida é emblemática de uma animalidade que o processo civilizatório teria procurado dissuadir. É Keith Thomas que nos a respeito do pudor gestado, durante a Idade Moderna, em torno do (contra o) ato de comer/morder, pois tal aproximaria o gênero humano do animal (THOMAS, 2001, pg.44).

### **O ANIMAL QUE LOGO NÃO SOU**

São profusos os textos d'*O Jequitinhonha* que tratam a animalidade como negativa, avessa ao à modernidade (humana, européia, masculina, positivista, logocentrada, trabalhadora, cristã, ascética, higiênica). Associações da animalidade com a africanidade, o feminino, o analfabetismo (científico), a loucura, a vadiagem, a irreligiosidade, o prazer e a sujeira - de modo que a animalidade reforça a negatividade desses alvos da ação modernizante (e vice-versa) - são repetitivas.

Num texto de/contra uma calúnia, seu odioso interlocutor é chamado de cão raivoso. E diz: "*Uive rareiro! O Padre Bernardino permanecerá sempre sereno como a lua que debalde ladras. Achará a strychnina!*" (*O Jequitinhonha*, 29 set.1904).

Esses cães eram exterminados em nome da higiene urbana defendida nos jornais: canimorfização que ao implicitar a vida nua do corpo (animal) do seu interlocutor, circunscreve-o no campo de uma matabilidade, previamente naturalizada (AGAMBEN, 2005).

O alvo do interlocutor da calúnia é retratado também como porco sujo, que deve ser curado por processos higienistas (um "alter-ego" possível para o matadouro, também pressupondo-se um suinocídio naturalizado pela normatividade “carnívora”). É chamado ainda de louco. De imoral, analfabeto, vagabundo e sem religião: ou seja, tudo o que é avesso à pretendida modernização civilizatória.

Não predigo, como Cassandra, afirmo calamidade futura, baseado no desvairamento de quem já em ocasião que piorou da monomania, quiz tentar contra a vida do Inspector districtal. // Infeliz Agua Limpa da suinagem deportada e até deste rachitico suino que não pode ficar chafurdado em sua immundicie em Tremedal. Que ella lave tuas mazellas, servindo de instituto Pasteur são nossos votos (*O Jequitinhonha*, 29 set.1904).

Em outra edição, num artigo sobre "terapias extravagantes", reafirma-se positivamente um distanciamento da animalidade mediante a interposição de um tecido decisivo de sutis ironia e descrença com relação a terapias que apontariam curas justamente na direção de um retorno à animalidade pelo gênero humano (*O Jequitinhonha*, 22 dez.1904).

Chama atenção a existência de uma terapia que aconselha que pessoas humanas devem andar sobre quatro membros: segundo tal, o andar bípede seria contra a natureza humana, um artifício nocivo da cultura – reportando-se aí a uma oposição entre Natureza e Cultura (LATOURET, 2004). N’outro caso ficar nu(a) é mencionado como prescrição de outra terapia. Sempre referências irônicas.

Outra menção é feita à que aconselha que se coma “carne” crua de porco. Curioso esse distanciamento do jornal pois em vários momentos a ingestão do porco é naturalizada como normal e desejável, em artigos científicos (*O Jequitinhonha*, 10 abr.1904) e em tabelas de preço do Mercado Municipal (vários jornais), sem desconfiança. Aqui o par *cru/cozido* revela-se ser justamente o item que demarca a fronteira entre o *não aceito/aceito*<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> A ingestão crua parece ser extravagante no passo que o cozimento (obrigatório) parece evadir e omitir os traços de que se trata sempre de um pedaço de um corpo mutilado. Esse dado, por sua vez, remetaria ao próprio corpo humano, e em seguida a um canibalismo tão condenável pelo padrão dietário difundido pelo Ocidente. Nessa hipótese a cor de sangue seria o limiar a se transpor com o cozimento, já que tal textura remete o humano ao incômodo da própria condição animal de suas vísceras. Essa é minha hipótese explicativa para a distinção.

O texto critica o fato de que as pessoas tendam a aceitar esses regimes, dizendo: "*O dr. Gruhy, um medico velho fallecido há alguns annos, affirmava que as medicações excentricas eram sempre bem acceitas pelos doentes. // Prescreva, dizia elle, um regimen cuidadosamente simples e estudado e o doente não o observará*" (*O Jequitinhonha*, 22 dez.2014). Chama atenção negativamente, portanto, para o fato da "irracionalidade" prevalecer ainda a essa altura, de tantos avanços históricos e tecnológicos<sup>8</sup>

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos outros artigos d'*O Jequitinhonha*, boa parte de natureza literária, evidenciam em suas estruturas mais profundas as dualidades simbólicas sobre as quais o processo de proscrição dos animais não-humanos da urbe diamantinense - ponta do *iceberg* - é gerido, ensejado e conformado.

Por ora, vale ressaltar a teimosia do cotidiano, a presença da vida animal não-humana intrincada na sociedade humana que não pode ser simplesmente cancelada. Essa presença surge na forma de anúncios de pastos de aluguel, notícias sobre cavalos fugidos, entre outras. O tropeirismo, que só declinaria na década de 50 do XX (LOPES e MARTINS, 2011), é um ponto crítico onde podemos antever o embate entre a dureza do projeto almejado e a permanência sutil do cotidiano.

Mas seria um erro entender essa presença animal viva nos jornais como meros resquícios inertes do tempo, que vazavam páginas adentro. Havia sim um investimento positivo em torno dessa proximidade, tão típica do tropeirismo, geradora de poder – o que desafia o processo a que me referi aqui. Goodwin Jr. nos adverte que é correto entrever o quê (quem) é considerado "arcaico" e "ultrapassado" enquanto função estruturante que positiva o presente adiantado no tempo. Ele se refere à tecnologia da imprensa. Eu cito como analogia<sup>9</sup> ao contexto da tecnologia de transportes:

Quando defrontado com a perpetuação do uso de uma tecnologia por quase um século, inserida num processo de produção regular e com alcance regional, o historiador é obrigado a reconhecer que qualquer abordagem limitada ao padrão evolutivo dos grandes centros não

<sup>8</sup> Crítica da qual se depura um sentido latente à ciência, qual seja, o próprio distanciar do mundo sensorial, das pulsões-da-animalidade, por uma ascese racional.

<sup>9</sup> Longe de ratificar a ideia dos animais de tropa como instrumentos, minha citação tem por objetivo relevar a sutil percepção de contemporaneidade que se enreda positivamente com a não-contemporaneidade: são justamente as pessoas daquela época que os entrevistam como instrumentos, tornando possível minha analogia.

comporta a realidade da imprensa mineira. Uma máquina "antigória", mantida pela impossibilidade de maiores investimentos financeiros para comprar equipamentos mais modernos. Inegavelmente, a manutenção tem caráter negativo, mas por outro lado gera uma nova situação, cria toda uma nova maneira de lidar com o velho equipamento. Uma mudança dentro da permanência, uma evolução técnica dentro do atraso. Uma situação concreta que desafia aqueles que trabalham a história a partir de rígidos esquemas simplistas. [O antigo] é a forma local, possível, de inserção na "modernidade" tecnológica (GOODWIN Jr, 2007, pg. 124).

Cavalos fugidos eram trazidos de volta à cidade, gerando recompensa a quem o achou (*O Jequitinhonha*, 08 mai.1904). O tropeirismo gerava renda para modernas e higiênicas hospedarias. Civilizados letrados, que embeveciam as colunas sociais, chegavam montados em mulas. Emblemático dessa co-existência é um suntuoso inventário de riquezas que, buscando convencer a classe política a trazer a moderna ferrovia para a região, arrola positivamente a existência de inúmeros animais "de tropa": "*Rio Vermelho [é] um dos mais ricos e importantes districtos do município do Serro (...)* composto de grande numero de abastados fazendeiros possuidores de inumeras tropas de animaes, em constante movimento de exportação e de importação" (*O Jequitinhonha*, 04 ago.1904).

Assim para bem aquém do incipiente saber zootécnico - que por esta época vai se insinuar como o discurso perante o qual os animais não-humanos serão considerados positivamente (fora das cidades, sob a reificação totalitária das fazendas-indústrias) - da presença desses animais sobressai uma ambiguidade valorativa que pode ser sintomática de limites ontológicos frente aos quais o ocidente poderá prosseguir sua saga negando a (sua) animalidade...

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Carol. *A política sexual da carne: a relação entre o carnivorismo e a dominância masculina*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2012.

AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

BEATSON, Peter. The motorised ark: the impact of modernity on animals. Disponível em:

<[http://www.massey.ac.nz/massey/fms/Colleges/College%20of%20Humanities%20and%20Social%20Sciences/PEP/PDF\\_documents/Sociology/Beatson/Animals%20in%20History%20The%20Impact%20of%20Modernity%20.pdf](http://www.massey.ac.nz/massey/fms/Colleges/College%20of%20Humanities%20and%20Social%20Sciences/PEP/PDF_documents/Sociology/Beatson/Animals%20in%20History%20The%20Impact%20of%20Modernity%20.pdf)>. Acesso em: 28/11/2013.

BEKOFF, MARC. *A vida emocional dos animais*. São Paulo: Cultrix, 2010.

DIAS, Juliana Vergueiro. O rigor da morte: a construção simbólica do animal de açougue na produção industrial brasileira. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia, IFCH/Unicamp, Campinas.

FELIPE, Sônia T. *Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

FILHO, Nelson Aprobato. O couro e o aço. Sob a mira do moderno: a “aventura” dos animais pelos “jardins” da Paulicéia final do século XIX/início do XX. 2006. Tese (Doutorado em História). Departamento de História da FFLeCH, USP, São Paulo.

FITZGERALD, Amy J. A social history of the slaughterhouse: from inception to contemporary implications. In: *Human Ecology Review*, vol. 17, 2010.

FRANCIONE, Gary. *Introdução aos direitos animais*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

GOODWIN Jr., James. Cidades de papel: imprensa, progresso e tradição. Diamantina e Juiz de Fora (1884-1914). 2007. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, FFLCH/USP, São Paulo.

JOY, Melanie. *Por que amamos cachorros, comemos porcos e vestimos vacas: uma introdução ao carnismo*. São Paulo: Cultrix, 2014.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza*. São Paulo/Bauru: Edusc, 2004.

LESTEL, Dominique. *As origens animais da cultura*. São Paulo: Editora Piaget, 2002.

LOPES, Marco; MARTINS, Lobato. Negócio à moda antiga: tropas de comércio em Diamantina nos meados do século XX. *História*, São Paulo, v.30, n.1, p. 332-348, jan/jun 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v30n1/v30n1a16>>. Acesso em: 28/11/2013.

MARTINS, Marcos. Quintais, chácaras, intendências e abastecimento alimentar em Diamantina: séculos XIX e XX. Disponível em: <[http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario\\_diamantina/2010/D10A003.pdf](http://web.cedeplar.ufmg.br/cedeplar/site/seminarios/seminario_diamantina/2010/D10A003.pdf)>. Acesso em: 28/11/2013.

REGAN, Tom. *Jaulas vazias*. Porto Alegre: Editora Lugano, 2006.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2001.